



Com PT, saúde pública fica estagnada

Síntese: Saúde é hoje a principal preocupação da população brasileira. Também é a área mais mal avaliada do governo Dilma: dois terços da população desaprovam a atuação da presidente no setor. Nos últimos anos, os serviços prestados pelo sistema público não apresentaram sinais de melhora. Ações bem-sucedidas, como o Saúde da Família, perderam importância e os investimentos passaram a depender crescentemente de estados e municípios, com participação declinante da União – situação que tende a se agravar com a recém-aprovada regulamentação da Emenda 29. Má gestão dos recursos públicos disponíveis, promessas não cumpridas e corrupção completam o quadro.

A saúde continua a ser a maior preocupação dos brasileiros. Obter atendimento de qualidade, principalmente nos sistemas públicos, é hoje um dos principais anseios da população. Mas o governo federal tem se mostrado cada vez menos capaz de responder a esta demanda. Os serviços prestados no país não apresentam sinais relevantes de melhora, ações de atendimento básico bem-sucedidas vêm perdendo importância e os investimentos em hospitais e postos de saúde têm dependido crescentemente de estados e municípios, com participação declinante da União – agora respaldada na recém-aprovada regulamentação da emenda constitucional nº 29.

Pesquisas de opinião mostram que saúde é a área de atuação do governo Dilma Rousseff que obtém pior avaliação da população. Segundo o mais recente levantamento feito pelo Ibope, por exemplo, 67% dos entrevistados desaprovam o desempenho da presidente no setor e somente 30% o aprovam. A deterioração tem sido crescente: no início de 2006, os que rejeitavam as ações do governo Lula nesta seara perfaziam 43%. Significa dizer que o PT tem ido de mal a pior na saúde, considerada hoje o principal problema do país, de acordo com o Datafolha.

Tanto quanto Lula, Dilma não tem honrado a determinação constitucional segundo a qual “saúde pública é um direito de todos e dever do Estado”. Infelizmente, o quadro geral no sistema público hoje é de atendimento demorado e insuficiente, emergências superlotadas, déficit de leitos, filas de espera por consultas, falta de profissionais e medicamentos, e risco da volta de epidemias controladas há décadas.

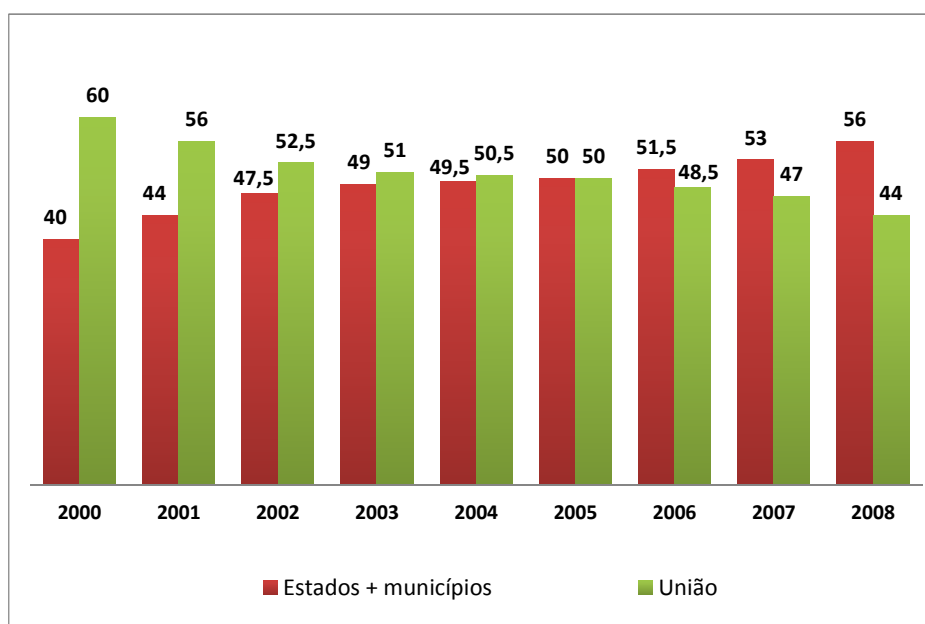
Nas trilhas do desgoverno petista, alguns indicadores impressionam. Segundo o IBGE, entre 2005 e 2009 mais de 11 mil leitos para internação foram desativados no país. Somente no ano passado, de acordo com o TCU, pelo menos 80 mil pacientes ficaram sem serviços básicos de tratamento de câncer e um simples exame para diagnosticar a doença chega a levar até um ano para ser feito no sistema público. Sob o PT, o controle de doenças também tem falhado: entre 2000 e 2009, cerca de 3,5 milhões de pessoas foram afetadas pela dengue, com 845 mortes.

O mais grave é o desmanche de estratégias reconhecidas como altamente eficazes para prover melhores condições de saúde e vida para a população. É o caso, por exemplo, do que ocorreu nos últimos anos com os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que se caracterizam por levar o atendimento à casa dos pacientes. No primeiro, o ritmo médio de crescimento da cobertura diminuiu de 25% ao ano entre 1994 e 2002 para 8% na gestão do PT. Nesta toada, o programa perdeu ímpeto e hoje atende apenas metade da população. Já a média anual de expansão do PACS caiu a um décimo do que era na gestão tucana, e atualmente seu avanço é residual.

SUS doente

A falta de cuidado do governo com a estrutura do Sistema Único de Saúde cobra alto preço do cidadão brasileiro. Além de pagar impostos escorchantes, ele acaba vendo-se impelido a contratar planos privados de saúde para fugir da penúria do sistema de atendimento mantido pelo Estado. Em razão disso, enquanto um europeu arca com cerca de 15% de suas despesas com saúde (o restante o governo cobre), os brasileiros são obrigados a bancar, em média, 56% destes gastos. Não surpreende que 50 milhões de pessoas – ou 26% da população – já recorram a planos privados no Brasil.

Divisão dos gastos públicos em saúde (em %)



Fonte: Siops/Ministério da Saúde

No quesito investimentos em saúde pública, estamos mais perto da Angola do que da Alemanha, ou mesmo da Argentina. Levantamento feito neste ano pela Organização Mundial da Saúde mostrou que, de 192 países avaliados, o Brasil está entre os 24 que menos destinam recursos do seu Orçamento para o setor: são apenas 6%, ou menos da metade da média mundial.

Residia na regulamentação da Emenda 29 uma das parcas esperanças de que a alocação de recursos públicos em saúde fosse modificar-se para melhor. Porém, com a firme resistência do governo Dilma e de sua bancada de apoio no Congresso, a participação da União no bolo dos investimentos na área manteve-se inalterado, com a rejeição da proposta – originária do próprio PT – que vinculava 10% das receitas federais à saúde.

Pelo texto aprovado neste mês, enquanto o Orçamento da União para a saúde manter-se-á atrelado à variação nominal do PIB, estados e municípios terão de destinar 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas para a área. Como ponto positivo, os partidos de oposição conseguiram sepultar a possibilidade de criação de uma nova CPMF, prevista no texto do governo. Também foi definido o que pode ou não ser considerado gasto público em saúde.

Mas nem de longe o texto aprovado permite atacar questões estruturais do setor, como a falta de isonomia entre unidades da Federação, a insuficiente participação do governo federal no financiamento da saúde e a indecente gestão dos recursos públicos disponíveis. Dados do próprio Ministério da Saúde revelam que, desde a aprovação da emenda, em 2000, a União vem encurtando sua fatia nos gastos, que encolheu de 60% para 44% do total. Ao mesmo tempo, estados e municípios passaram a responder pela maior parcela dos investimentos no setor.

Promessas no papel

Além disso, com a baixa execução orçamentária que notabiliza as gestões petistas, entre 2000 e 2010 o governo federal deixou de aplicar R\$ 46 bilhões em saúde. Em proporção do PIB, os dispêndios da União baixaram de 1,76% para 1,66% ao longo da década passada. Ou seja, ainda é preciso avançar muito na qualidade da gestão, além de estancar os drenos por onde escorre o dinheiro do contribuinte: auditorias oficiais apontam que, desde 2002, pelo menos R\$ 2,3 bilhões foram desviados da saúde. Parte é má gerência, parte é corrupção mesmo.

Completado o primeiro ano do governo Dilma, as promessas feitas pela então candidata durante a campanha eleitoral ainda não desceram do palanque. Dinheiro até tem, mas por incapacidade de gestão os projetos demoram a sair do papel para a realidade, enquanto a população agoniza. De acordo com o Siafi, as 500 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) prometidas, que garantiriam atendimento médico 24 horas por dia à população, continuam só no gogó: dos R\$ 271,3 milhões previstos para esta finalidade no Orçamento de 2011, apenas R\$ 20,8 milhões (7,7% do total) foram liberados.

As alardeadas 8 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) também estão empacadas: apesar de o Orçamento deste ano autorizar despesas de R\$ 480 milhões, menos de 10% foram investidos. Já programas como o Rede Cegonha, voltado para o acompanhamento médico da gestante, e o Brasil Sorridente, de atenção básica em saúde bucal, não receberam um centavo sequer desde janeiro. No geral, das 20 principais promessas feitas por Dilma para a saúde, 17 ainda não decolaram. A permanecer assim, a perspectiva é de que a estagnação que marcou a saúde nos últimos nove anos continue.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 – 17º andar – Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br